

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 101.539 - PB (2018/0198587-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : L A DE S (PRESO)
ADVOGADO : JOSE CORSINO PEIXOTO NETO - PB012963
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **L. A. DE S.** contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado:

"HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO AL-BARÃ DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA PARAÍBA. ADVOGADO PRESO PREVENTIVAMENTE. ENCAMINHAMENTO PARA QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR. PRETENSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. LOCAL ADEQUADO PARA A PRISÃO. PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES, EM ANALOGIA COM OUTROS ADVOGADOS ENVOLVIDOS NO DELITO. SITUAÇÃO PROCESSUAL DISTINTA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. Advogado preso preventivamente. Encaminhamento para custódia no Quartel Regional da Polícia Militar da cidade de Patos. Instalações condignas e adequadas. Entendimento do STF e STJ de que 'recolhimento de advogado em local que, embora não configure Sala de estado maior, possua instalações condignas, não viola a autoridade do que decidido na ADI 1.127/DF' (Rel 16.011, Rel. Min. Luiz Fux).

2. Pretensão de fixação de medidas cautelares diversas da prisão, tal qual deferido para outros Advogados investigados. Não há identidade na situação prisional do ora paciente com a dos demais Advogados envolvidos na operação policial. Situação processual distinta entre todos.

3. Denegação da ordem." (e-STJ, fl. 190)

Colhe-se dos autos que o recorrente, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Paraíba, foi preso cautelarmente em 9/5/2018, em decorrência de investigação pela suposta prática de crimes envolvendo falsificação de alvarás judiciais.

Neste recurso, sustenta que o local onde se encontra preso não se caracteriza como sala de Estado Maior, requerendo ao Superior Tribunal de Justiça que reforme o acórdão vergastado, determinando a conversão da segregação cautelar em prisão domiciliar.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É relatório.

Ao advogado inscrito nos quadros da OAB e comprovadamente ativo é garantido o cumprimento de prisão cautelar em sala do Estado Maior, ou, na sua inexistência, em prisão domiciliar, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória, nos termos do art. 7, V, da Lei n. 8.906/1994.

A respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento

no sentido de que "a existência de vaga especial na unidade penitenciária, desde que provida de instalações condignas e localizada em área separada dos demais detentos, atende à exigência da Lei n. 8.906/1994 (art. 7º, V, in fine)" (STF, Rcl 19.286 AgR, rel. Ministro CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/3/2015, DJe de 2/6/2015).

Sobre o tema, os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PACIENTE ADVOGADO. DIREITO AO RECOLHIMENTO EM SALA DO ESTADO-MAIOR. PRISÃO PREVENTIVA EM CELA INDIVIDUAL, SEPARADA DE OUTROS PRESOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O art. 7º, inciso V, da Lei n. 8.906/1994, que teve sua constitucionalidade confirmada em julgamento realizado pela Suprema Corte, assegura aos advogados presos provisoriamente o recolhimento em sala de Estado Maior ou, na sua falta, em prisão domiciliar (Precedentes).

2. A alteração havida no Código de Processo Penal pelas Leis n. 10.258/2001 e 12.403/2011 (arts. 295 e 318), no tocante à prisão especial e à prisão domiciliar respectivamente, não alteram a prerrogativa de índole profissional, qualificável como direito público subjetivo do advogado regularmente inscrito na OAB, quanto à prisão provisória em Sala de Estado Maior.

3. Nos termos da jurisprudência das Turmas integrantes da 3ª Seção desta Corte "a ausência, simplesmente, de sala do Estado Maior não autoriza seja deferida prisão domiciliar ao paciente, advogado, preso preventivamente, dado que encontra-se segregado em cela separada do convívio prisional, em condições dignas de higiene e salubridade, inclusive com banheiro privativo" (HC n. 270.161/GO, Rel. Ministro Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 25/8/2014).

4. Pelas informações prestadas, o recorrente está em cela por ele escolhida, sem registro de eventual inobservância das condições mínimas de salubridade e dignidade humanas, separado dos outros presos e sem o rigor e a insalubridade do cárcere comum, não havendo falar em constrangimento ilegal, porquanto não subsiste mais prisão em cela comum.

5. O rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

6. Recurso de habeas corpus não provido."

(RHC 70.289/SP, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 11/10/2016, DJe 21/10/2016.)

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ADVOGADO. PRISÃO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE SALA DE ESTADO-MAIOR. DESCABIMENTO DA PRISÃO DOMICILIAR. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Encontrando-se o paciente - advogado - preso no 4º Regimento de

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Polícia Montada de Porto Alegre-RS, com instalações condignas e separado dos demais detentos, não há falar em constrangimento ilegal, sendo descabido o deferimento da prisão domiciliar, sob o argumento de inexistência de Sala do Estado Maior das Forças Armadas. Precedente desta Corte Superior.

2. Habeas corpus denegado."

(HC 361.177/RS, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 20/9/2016, DJe 3/10/2016.)

No caso dos autos, observou o Tribunal de origem, com base nas informações prestadas pelo Juiz processante, que o recorrente encontra-se custodiado no Quartel da Polícia Militar do Município de Patos, em dependência com instalações condignas, com janela que propicia ventilação e luminosidade.

Da análise das fotografias que instruem o presente recurso também não é possível perceber a existência de problemas com a higiene ou a segurança da sala em que está custodiado o recorrente, sendo certo que as condições em que se encontra são muito superiores àquelas destinadas aos presos comuns, não havendo falar em constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator